
Contribuições para o Plano Diretor do município da Estância de Atibaia

Material produzido por Daniel ABICAIR e Fernando PROTTA

FEVEREIRO - 2019

Sumário

Contribuições para o Plano Diretor do município da Estância de Atibaia	1
Sumário	3
ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS	5
Floresta Urbana do município da Estância de Atibaia (Lei Municipal nº 763/17),.....	5
APA do Rio Atibaia (Lei Municipal nº 4.328/15)	5
Parque Natural Municipal da Grota Funda (Lei Municipal nº 740/17)	5
Área Natural Tombada da Serra do Itapetinga (Resolução da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo nº 14/1.983).....	5
Zona de Silêncio Elétrico do Rádio Observatório Itapetinga (Leis Municipais nº 1.285/72 e 1.503/75).	6
Parque Estadual do Itapetinga (Decreto Estadual 55.662/10)	6
Monumento Natural Estadual da Pedra Grande (Decreto Estadual 55.662/10)	6
Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira (Lei Estadual nº 10.111/98),	6
APA da Represa hidrelétrica do Bairro da Usina (Lei Estadual nº 5.280/86).....	6
Áreas de Preservação Permanente – APP.....	6
Área de Preservação do Voo Livre.....	6
CONSELHOS.....	7
COMDEMA	7
Conselho da APA	7
Conselho da Grota Funda.....	7
Conselhos PEI e MONA Pedra Grande.....	7
Conselho Pira-Cantareira e APA Cantareira	7
RECURSOS FINANCEIROS.....	8
FUMDEMA.....	8
FUMDARB	8
ICMS Ecológico	8
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	9
Secretaria Municipal do Meio Ambiente.....	9
Município Verde e Azul.....	9
MEIO BIÓTICO E ABIÓTICO.....	10
Fauna	10
Flora.....	10
Arborização Urbana	11
Cadastro Ambiental Rural - CAR / Programa de Regularização Ambiental - PRA	11
Banco de áreas.....	11
QUESTÕES TRANSVERSAIS	11
Fiscalização / Policiamento	11
Programa de Educação Ambiental “Fruto da Terra”	11
Serviços Ambientais	11

ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS

Floresta Urbana do município da Estância de Atibaia (Lei Municipal nº 763/17),

- Promover a adequação jurídica da floresta urbana ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC para a promoção de sua proteção integral
- Resguardar a estrutura florestal nativa com boas práticas de preservação, erradicando-se espécies exóticas e promovendo a conectividade entre ambas as Glebas da Floresta Urbana.
- Transformar todas as Áreas Verdes, assim declaradas nos processos de licenciamento de empreendimentos, como Florestas Urbanas do município.

APA do Rio Atibaia (Lei Municipal nº 4.328/15)

- Promover o ordenamento da Unidade de Conservação (UC) por meio de seu Plano de Manejo, considerando as especificidades Hídricas, Fundiárias e Ambientais da UC.
- Instituir o Rio Atibaia, em seu trecho municipal, como bem material e imaterial pela sua função social, ambiental, turística e cultural.

Parque Natural Municipal da Grotta Funda (Lei Municipal nº 740/17)

- Promover a revisão e publicação de seu Plano de Manejo
- Instituir um programa contínuo de ocupação, monitoramento, pesquisa e turismo no Parque da Grotta Funda a fim de proporcionar a todos o direito de usufruir de sua plena função Social, Ambiental e Turística.
- Promover e incentivar a Regularização Fundiária do Parque Municipal Natural da Grotta Funda e de sua Gleba Particular Interna
- Fomentar a criação de Unidade de Conservação na modalidade Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN na Gleba Particular Interna do parque.

Área Natural Tombada da Serra do Itapetinga (Resolução da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo nº 14/1.983).

- Promover a adequação jurídica da Área Natural Tombada da Serra do Itapetinga ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC para a promoção de sua proteção integral.
- Considerar, adequar e ordenar a ocupação da Zona de Amortecimento da Área Natural Tombada da Serra do Itapetinga, resguardando o direito de propriedade perante a legislação ambiental.

Zona de Silêncio Elétrico do Rádio Observatório Itapetinga (Leis Municipais nº 1.285/72 e 1.503/75).

- Promover a adequação jurídica da Zona de Silêncio Elétrico do Rádio Observatório Itapetinga ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC para a promoção de sua proteção integral.

Parque Estadual do Itapetinga (Decreto Estadual 55.662/10)

- Promover parcerias com o Governo do Estado de São Paulo para contribuir com o ordenamento, monitoramento e controle do Parque Estadual do Itapetinga a fim de assegurar sua plena função Social, Ambiental e Turística.

Monumento Natural Estadual da Pedra Grande (Decreto Estadual 55.662/10)

- Promover parcerias com o Governo do Estado de São Paulo para contribuir com o ordenamento, monitoramento e controle do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande a fim de assegurar sua plena função Social, Ambiental e Turística.

Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira (Lei Estadual nº 10.111/98),

- Promover parcerias com o Governo do Estado de São Paulo para contribuir com o ordenamento, monitoramento e controle Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira a fim de assegurar sua plena função Social, Ambiental e Turística.

APA da Represa hidrelétrica do Bairro da Usina (Lei Estadual nº 5.280/86)

- Promover parcerias com o Governo do Estado de São Paulo para contribuir com o ordenamento, monitoramento e controle da Área de Proteção Ambiental da Represa Hidrelétrica do Bairro da Usina a fim de assegurar sua plena função Social, Ambiental e Turística

Áreas de Preservação Permanente – APP

- Promover a Recuperação Ambiental de todas as Áreas de Preservação Permanente do município de Atibaia, seja localizada em áreas urbanas ou rurais através de um Plano Municipal de Recuperação de Bacias Hidrográficas. Essa recuperação poderá ser realizada com a indicação de áreas (Banco de áreas) para a compensação ambiental de terceiros.

Área de Preservação do Voo Livre

- Promover a criação do Parque do Pouso com atrativo turístico e ambiental de contemplação da paisagem e porta de entrada para as trilhas de acesso ao Parque Estadual do Itapetinga.

CONSELHOS

COMDEMA

- Manter o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) ativo, desenvolvendo sua função Consultiva, Deliberativa e Resolutiva, com participação paritária do Poder Público e da Sociedade Civil.
- Ampliar a atuação do COMDEMA como órgão avaliador das atividades processuais ligadas ao processo de Licenciamento Ambiental do Município de Atibaia.
- Vincular os Conselhos da APA do Rio Atibaia e Grota Funda ao COMDEMA tornando obrigatória a participação dos seus Presidentes nas reuniões ordinárias deste Conselho.

Conselho da APA

- Manter o Conselho da Área de Proteção Ambiental do Rio Atibaia ativo, desenvolvendo sua função Consultiva, com participação paritária do Poder Público e da Sociedade Civil
- Vincular o Conselho da APA do Rio Atibaia ao COMDEMA tornando obrigatória a participação do seu Presidente nas reuniões ordinárias daquele Conselho.

Conselho da Grota Funda

- Manter o Conselho do Parque Municipal Natural da Grota Funda ativo, desenvolvendo sua função Consultiva, com participação paritária do Poder Público e da Sociedade Civil
- Vincular o Conselho da Grota Funda ao COMDEMA tornando obrigatória a participação do seu Presidente nas reuniões ordinárias daquele Conselho.

Conselhos PEI e MONA Pedra Grande

- Promover a participação do Poder Público e incentivar a participação da Sociedade Civil nos Conselhos do Parque Estadual do Itapetinga e do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande

Conselho Pira-Cantareira e APA Cantareira

- Promover a participação do Poder Público e incentivar a participação da Sociedade Civil no Conselho da Área de Proteção Ambiental Pira-Cantareira e Área de Proteção Ambiental Cantareira.

RECURSOS FINANCEIROS

FUMDEMA

- Manter o Fundo Municipal de Defesa de Meio Ambiente ativo, sendo a responsabilidade financeira do Poder Público e a responsabilidade administrativa do COMDEMA
- Recolher diretamente ao FUMDEMA os valores oriundos de:
 - Multas Previstas por Danos Ambientais
 - Auto de Infração e Multa
 - Multas por Danos ao Meio Ambiente
 - Dívida Ativa gerada por Multas por Danos Ambientais
 - Licença Ambiental
 - Taxa Licença Ambiental
 - Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA

FUMDARB

- Instituir o Fundo Municipal de Arborização Urbana – FUMDARB sendo a responsabilidade financeira e administrativa do Poder Público sendo o COMDEMA seu órgão avaliador.

ICMS Ecológico

- Promover o repasse integral dos valores arrecadados do ICMS Ecológico ao FUMDEMA.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

- Criar uma Secretaria de Meio Ambiente Municipal tendo minimamente os setores de:
 - Licenciamento
 - Fiscalização
 - Unidades de Conservação
- Ampliar a atuação do município no Licenciamento Ambiental Municipal (Deliberação CONSEMA 01/2018) para Alto Impacto.
- Ampliar a fiscalização e os processos de licenciamento ambiental para as áreas rurais do Município de Atibaia.
- Informatizar e promover a eliminação de uso de “papel” no processo de licenciamento ambiental.
- Criar base de dados com informações ambientais relevantes sobre o município e fazer uso no processo de licenciamento.
- Fixar padrão para a Restauração Ecológica no município, considerando o Plantio em Área Total com distância de 3x2 metros entre as mudas e o Enriquecimento de Área com distância de 6x6 metros entre as mudas, devendo os mesmos serem acompanhados por no mínimo 3 anos.
- Instituir que as compensações ambientais oriundas de licenciamento no município devam ser expressamente realizadas no próprio município.
- Criar um banco de Projetos Ambientais de Interesse Municipal
- Promover mecanismo de conversão de Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), em financiamento de Projetos Ambientais de Interesse Municipal, excluindo-se regularização por Auto de Infração - AIA, garantindo minimamente o plantio compensatório relativo a área da intervenção ou a quantidade de árvores isoladas suprimidas.
- Promover mecanismo legal de Permuta entre áreas institucionais do Município por Áreas de Relevante Interesse Ecológico

Município Verde e Azul

- Manter a participação de Atibaia no Programa Município Verde e Azul do Estado de São Paulo, buscando sempre a melhoria na atuação/pontuação bem como a efetiva realização de ações para o desenvolvimento sustentável da cidade.

MEIO BIÓTICO E ABIÓTICO

Fauna

- Promover o Inventário da Fauna do Município, identificar e georreferenciar especialmente as espécies raras, ameaçadas, endêmicas, as potencialmente invasoras e as de relevância ambiental municipal.
- Promover a categorização das espécies relevantes de ocorrência no Município, com o objetivo de preservar e perpetuar sua área de distribuição.
- Indicar e promover a criação de Corredores Ecológicos para a Fauna, sendo os mesmo de estrutura florestal ou campestre contínua (já existentes ou a serem restaurados) considerando também intervenções de Passagens de Fauna Artificiais Aéreas, Subterrâneas e Terrestres.
- Criar regras para a adequada convivência entre as espécies domésticas e as espécies nativas a fim de inibir a proliferação de zoonoses bem como o abate de ambas.
- Inibir veementemente a caça de animais silvestres.

Flora

- Promover o Inventário da Flora do Município para o reconhecimento dos Biomas presentes na região e suas Fitofisionomias, identificar e georreferenciar especialmente as espécies raras, ameaçadas, endêmicas, as potencialmente invasoras e as de relevância ambiental municipal.
- Promover a categorização das espécies relevantes de ocorrência no Município, com o objetivo de preservar e perpetuar sua área de distribuição.
- Promover e apoiar o resgate do germoplasma da flora relevante do município para a promoção de sua reprodução e posterior uso na Restauração Ecológica
- Promover a caracterização dos Fragmentos Florestais existentes nas áreas urbanas de acordo com seu Estágio Sucessional a fim de subsidiar a tomada de decisão por parte do Poder Público e dos órgãos ambientais sobre a ocupação ordenada e consciente do município.

Arborização Urbana

- Promover a Arborização Urbana do Município em consonância com as boas práticas e legislações vigentes
- Revisar o Guia de Arborização Urbana – GAO a fim de adequar as espécies indicadas para a(s) Fitofisionomia(as) presente(s) no Município, priorizando as espécies Nativas.
- Ampliar a implantação de Calçadas Verdes e do Espaço Árvore conforme legislação vigente.
- Perpetuar e dar notoriedade a Indivíduos Arbóreos que tenham relevância paisagística, ambiental ou cultural por meio de imunidade ao corte.

Cadastro Ambiental Rural - CAR / Programa de Regularização Ambiental - PRA

- Incentivar e promover a Regularização Ambiental das propriedades rurais, inclusive através de parcerias ou convênios com o Estado, tornando-as aptas a receber projetos de compensação ambiental ou servidão florestal.

Banco de áreas

- Promover a criação de Banco de Áreas para a Restauração Ecológica priorizando a recuperação das bacias hidrográficas de forma espontânea ou através de cumprimento de TCRA's.

QUESTÕES TRANSVERSAIS

Fiscalização / Policiamento

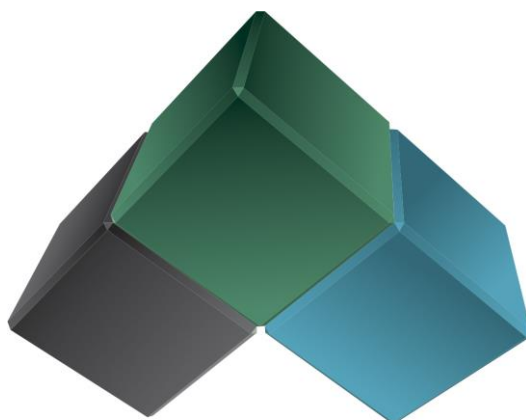
- Criar policiamento ambiental municipal ampliando a sua atuação para as áreas urbanas e rurais.

Programa de Educação Ambiental “Fruto da Terra”

- Manter como Política Pública do município o Programa Fruto da Terra de Educação Ambiental, ampliando sua atuação e fortalecendo o mesmo.

Serviços Ambientais

- Promover o Pagamento por Serviços Ambientais no município



ambientium
SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Av. Piracicaba, 19 – Jardim do Lago

Atibaia – São Paulo – CEP 12947-170

11 2427-4582 – contato@ambientium.com.br

Daniel ABICAIR

daniel@ambientium.com.br

11 9 7595 7678

Fernando PROTTA

fernando@ambientium.com.br

11 9 7185 6159